

ATA N.º 3 /2024
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 28 DE JUNHO DE 2024

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, datada de dezanove de Junho do ano corrente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- Ponto 1 -** Apreciação da Atividade Municipal;
- Ponto 2 -** Análise, discussão e votação da Proposta de Regulamento Municipal dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais;
- Ponto 3 -** Análise, discussão e votação da designação do Júri de Recrutamento do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefe da Divisão Administrativa e Financeira);
- Ponto 4 -** Análise, discussão e votação da atribuição de despesas de representação ao Dirigente Intermédio de 2.º Grau (Chefe da Divisão Administrativa e Financeira).

Nesta sessão, observando-se Quórum, o Senhor Presidente da Assembleia, Eduardo Frederico, abriu a sessão cumprimentando o Executivo, na pessoa do Sr. Vice-Presidente, e dirigiu igualmente cumprimentos aos Senhores Membros da Assembleia, ao Público presente e aos funcionários que participavam na sessão, tendo de seguida, passado a palavra ao primeiro-secretário Tiago Silva para proceder à chamada dos Membros da Assembleia. Feita a chamada, verificaram-se as ausências de José Fernando dos Santos, António Bastos, Mónica Pacheco, João Almeida e Carlos Miguel Carvalho, que justificaram a sua ausência e ainda do Senhor António Jorge Silva, que procederá à entrega da justificação. Constatou-se, também, a ausência do Sr. Presidente do Executivo, Dr. Manuel Cordeiro, e dos Vereadores Susana Carvalho e Jorge Fernandes, tendo o Sr. Vice-Presidente justificado as respetivas ausências. Assim, informou que o Senhor Presidente da Câmara estava em Santa Marta de Penaguião, num encontro com o Senhor Ministro da Agricultura, conjuntamente com outros Autarcas da CIMDouro. Deu nota, ainda, de que a Senhora Vereadora estava ausente por motivos de saúde da sua Mãe, e justificou também a ausência do Vereador Jorge Fernandes, que havia sofrido um Acidente de Trabalho. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paredes da Beira se fazia substituir pela secretária da Junta de Freguesia, Senhora Sandra Maria Lemos Trindade Figueiredo, e que a Senhora Presidente da Junta de Valongo dos Azeites se fazia substituir pelo secretário da Junta de Freguesia, Senhor José Manuel Saraiva. Como havia Público presente, o Senhor Presidente da Assembleia informou que quem quisesse fazer alguma intervenção, a mesma só poderia ocorrer no fim da Sessão, devendo para tal efetuar a inscrição junto da Mesa, referindo nome, morada e assunto a tratar, tendo frisado que as intervenções estavam limitadas a cinco minutos por cidadão. Prosseguindo, o Senhor Presidente da Assembleia desejou que a Reunião da CIMDouro com os representantes do Ministério da Agricultura fosse frutífera, não só para o Concelho de São João da Pesqueira, mas para toda a Região Demarcada do Douro. Lembrou, ainda, que todos tinham por obrigação de se movimentarem e de se unir na defesa da Região, tema a que, certamente, se aludiria mais adiante, pois era demasiado importante para ser esquecido pela Assembleia, dada a proximidade das vindimas e daquilo que se perspetiva em termos de vida, principalmente para os pequenos e médios agricultores.

De seguida, solicitou aos representantes da Autarquia eleitos para as várias Comissões e Conselhos Municipais que informassem a Assembleia sobre as reuniões realizadas e temas discutidos.

Inscreeveu-se o Senhor Deputado Vítor Tomé, representante na CIMDOURO. Endereçou cumprimentos aos presentes e informou que se havia realizado, no transato dia 06 de Maio, a quinta sessão ordinária da Assembleia Intermunicipal do Douro, sendo a primeira liderada pelo novo Presidente, Luís Reguengo, o atual Presidente da Câmara de Santa Marta de Penaguião. Deu conta de que os Vice-Presidentes que compunham a Direção eram os Autarcas João Gonçalves (Carrazeda de Ansiães) e João Paulo (Armamar). Nos dizeres do Senhor Deputado Vítor Tomé, na Ordem do Dia tinha estado e havia sido aprovada a proposta de CEI, os Instrumentos Provisionais para 2024, bem como a reorganização de serviços, mapa de pessoal e prestação de contas. Entre outros assuntos, haviam também abordado a crise da Região Demarcada do Douro, a próxima vindima, tendo ficado claro que a CIMDouro defendia uma maior organização, consolidada e atempadamente, da Região. Por tal, disse que a CIM *“tem estado em reuniões com Associações ligadas ao Comércio e à Produção do vinho, e pediu uma audiência com o Ministro da Agricultura, que está a acontecer hoje”*.

Não havendo mais inscrições sobre a participação de Membros da Assembleia em Comissões e Conselhos Municipais passou-se ao

Período de Antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração da Assembleia a dispensa da leitura da Ata n.º 2/2024, de 30 de Abril de 2024. Como ninguém se opôs, colocou a referida ata à apreciação dos Membros da Assembleia para eventuais propostas de alteração ou correção, tendo aberto inscrições para esse fim. Inscreveu-se a Senhora Deputada Maria de Lourdes Costa, tendo apresentado as suas Propostas de Correção, que mereceram acolhimento junto da Mesa, que tomou a devida nota e informou que iriam proceder em conformidade e corrigir, de acordo com as sugestões apresentadas. Não havendo mais intervenções sobre a Ata colocou-se a mesma à votação da Assembleia, a qual foi aprovada por unanimidade. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu conta da correspondência recebida - e que tinha sido atempadamente divulgada pelos Membros da Assembleia - informando que a mesma se encontrava arquivada, como habitualmente, para quem a quisesse consultar.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as Inscrições para os Membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre

Assuntos de Interesse para o Município

Inscreveram-se os Senhores Deputados António Balça, Vítor Tomé, Teófilo Anjos, Frederico Selores e Tiago Silva.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Balça. Este, por seu turno, cumprimentou a Mesa, o Executivo e restantes Membros da Assembleia e começou por aludir à próxima vindima e aos problemas que se adivinhavam, quer para o Concelho, quer para a Região do Douro, dado ter informações e conhecimento de cartas onde as Firms informavam os Agricultores de que este ano não lhes receberiam as uvas, em prejuízo dos viticultores que, desesperados, não teriam onde escoar a produção. A seu ver, tal acontecia por falta de regulamentação e apertada fiscalização, chegando-se a este ponto. Desejou que o Presidente Manuel Cordeiro, um profundo conhecedor dos problemas que têm afetado a Região, continuasse com o mesmo empenho e perseverança para ajudar na resolução do problema, com o apoio da recém-criada Comissão na CIMDouro.

O Senhor Deputado António Balça, em jeito de finalização, lançou o mote e o desafio de a Assembleia se pronunciar também sobre o Assunto, devendo manifestar a sua indignação e fazendo chegar (a quem de direito) um Documento, elaborado pela Assembleia, de modo a perceberem que a problemática preocupa e incomoda os Pesqueirenses e entregou uma Moção ao Presidente da Mesa da Assembleia, de modo que fosse lida e colocada à consideração da Assembleia.

Na prossecução da sua intervenção, o Senhor Deputado António Balça visou as festividades do São João, referindo-se mais especificamente às Marchas a Concurso, sugerindo que se repensasse o atual modelo de Participação e Avaliação (Concurso de Marchas), bem como os respetivos Prémios de Participação, de modo a que não se vissem marchas com Participantes Idosos em Cadeiras de Rodas e/ou Instituições a participar três vezes, algumas delas com pouquíssimos participantes/marchantes, prejudicando o timing do Concerto que se seguiria. Além do mais, apenas tinha havido três Marchas a Concurso, pelo que sugeriu ao Executivo que repensasse o atual modelo de Marchas de São João, lançando a réplica de que deveria ser obrigatório que todas as Marchas usassem trajes (nos desfiles) feitos pelos próprios ou costureiros do Concelho (de modo que toda a cadeia de valor ficasse no Concelho). Sublinhou, ainda, a importância de alterar a forma de voto dos respetivos júris, pedindo votação automática no final de cada Marcha, sem aquele “compasso de espera final”, terminando, por um lado, com o tempo de espera no final e, por outro lado, com a preconceção de que existem vencedores combinados.

Tendo terminado a sua intervenção, o Senhor Deputado António Balsa entregou a Moção na Mesa. O Senhor Presidente da Assembleia leu a Moção, dando a conhecer o seu conteúdo, sujeita à apresentação de propostas de melhoria.

MOÇÃO

“A Região Demarcada do Douro enfrenta uma crise de grandes dimensões. Aproxima-se nova vindima, cheia de interrogações, de dúvidas e de angústia.

A Assembleia Municipal associa-se ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido em várias frentes pelo Sr. Presidente da Câmara, em sede nomeadamente da CIMDOURO, comunicação social, agentes económicos e institucionais do Douro e Governos. Hoje mesmo, o Sr. Presidente da Câmara está reunido com o Sr. Ministro da Agricultura para encontrar medidas de emergência que possam minimizar os efeitos da crise, já nesta vindima.

Urge uma intervenção multidisciplinar e efetiva com efeitos nesta vindima, que assegurem inclusivamente lugar para depositar o produto do trabalho de um ano. Há risco de ficarem vindimas por fazer por não haver quem receba as uvas.

Neste contexto de crise não falta quem se aproveite das fragilidades do setor para maximizar os seus lucros. Há que encontrar medidas que confiram aos agricultores um rendimento capaz de garantir a sustentabilidade, não só da própria sobrevivência, mas também da própria Região Duriense.

Estamos a cerca de dois meses da vindima. Apelamos, preocupados, a que se tomem medidas, seja com destilação de emergência, seja com medidas que impeçam a entrada de uvas, mostos e vinhos do exterior, para além de ser necessário e indispensável encontrar um preço justo para os vinhos da Região Demarcada do Douro. Impõe-se também a previsão de recursos financeiros que possam ajudar os lavradores neste contexto de crise.

Propomos, ainda, mandar o presidente da Assembleia Municipal a interceder juntos dos seus pares da CIMDOURO, para que também eles institucionalmente, façam chegar ao governo a preocupação e a urgência de tomada de medidas.

O Douro está no limite e não pode esperar mais!”

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Vítor Tomé que, à imagem do seu antecessor, entregou na Mesa a sua intervenção, de modo a constar em Ata *ipsis verbis*, apelidando-a de uma Proposta de Revisão do Regulamento Municipal de Apoio e Financiamento ao Associativismo Cultural, Recreativo e Juvenil do Município de São João da Pesqueira, de modo a rever o atual (já com 10 anos de existência) ou, então, fazer cumprir o mesmo. E começou por citar um excerto do preâmbulo desse mesmo regulamento: *“prossequindo objetivos do mais diverso caráter, as associações desempenham primordial função social, afirmando-se como espaços onde grupos ou indivíduos descobrem ou desenvolvem vocações, preservam ou criam tradições, adquirem formação nas mais diversas áreas e assim, colaboram na construção de realidades novas, enriquecendo a vivência individual e coletiva das populações”*. Questionou, então: no universo das nossas associações locais, quantas temos na realidade a cumprir este papel e a desempenhar bem as suas funções? E frisou que, independentemente de o fazerem ou não, todas elas usufruem ou podem usufruir do apoio financeiro ou técnico do município.

O Senhor Deputado Vítor Tomé fez questão de realçar que o motivo da intervenção se prendia com duas situações distintas, passando a citar:

- Primeira situação: o número de marchas em concurso este ano. Apenas 4 se apresentaram a concurso. No entanto, o regulamento existente para o associativismo prevê, na assinatura do Protocolo, especificamente na cláusula quatro, como contrapartida pelos apoios concedidos pelo município à associação em causa, esta compromete-se a participar nas atividades promovidas pelo município e para as quais seja convidada. E quando isso não acontece, no artigo 21, estão complementadas as penalizações que o município pode aplicar às associações não cumpridoras. Assim sendo, a minha sugestão é que o município exija às associações financiadas o cumprimento das regras estipuladas na assinatura dos Protocolos;

- Segunda situação: no passado dia 18 de Maio, o moto clube de São João da Pesqueira, outra Associação com Protocolo, realizou um denominado moto-convívio (de convívio acabou por não ter nada) culminando num autêntico confronto de gangues, com uma aparatosa cobertura policial, sendo até em maior número as forças de segurança - aproximadamente quarenta - do que o próprio número de participantes no evento. Um cenário digno de filme, e com armas e discussão à mistura, que poderia ter acabado muito mal, não tivesse sido a rápida intervenção policial.

E prosseguiu, dizendo: “vejamos os resultados do Evento, patrocinado financeiramente a 75% com dinheiro do erário Público (como está no Protocolo) acrescido de apoios técnicos e logísticos, que nem sequer são contabilizados”. Concluiu: desassossego da população que não está habituada a este tipo de distúrbios (quanto mais ainda contribuir financeiramente para eles), mau nome e fama para o Concelho de São João da Pesqueira, que se espalha nos outros eventos. Repercussões à posteriori ao Evento (exemplo disso é o ato de vandalismo que aconteceu na Praça do Município, incidindo no stand/bar do mesmo moto clube, etc. Nos dizeres do mesmo: “é um problema que temos e que acontece com ligações perigosas, que não podem ser financiadas pelo dinheiro dos munícipes ou patrocinadas como tal. Esta associação não está a cumprir com nenhum dos objetivos enunciados no preâmbulo desse associativismo”. Em jeito de conclusão, reiterou que “mais do que até algumas e necessárias alterações ou atualizações ao Regulamento, visto que já tem alguns anos, é fundamental que se fiscalize e façam cumprir as regras por ele ditadas e só depois subsidiar e apoiar as associações e respetivos eventos”.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Teófilo Anjos. Este, por seu turno, após cumprimentar a Mesa e os restantes colegas da Assembleia, começou por elogiar a atitude do Senhor Deputado António Balça e vinco a importância de se apresentar uma Moção, face aos tempos difíceis que a Região atravessa, perspetivando uma vindima em que, nas palavras do mesmo, “as pessoas nem sabem muito bem onde entregar a matéria-prima, nem com que linhas se vão coser”. Segundo o mesmo, a Moção revestia-se de uma importância vital, no sentido de ser a voz daquilo que a todos preocupa (quem tem vinhas e quem não tem vinhas), porque o Concelho vive essencialmente da agricultura e, mais particularmente, do vinho, devendo-se abanar consciências e apontar soluções, tanto mais que a Assembleia representa os eleitos de um Concelho que é um dos maiores produtores de vinho na Região Demarcada do Douro, sendo, por isso, importante especificar medidas.

Mudando de tema, o Senhor Deputado Teófilo Anjos notou a necessidade de reforçar a sinalização horizontal na Avenida Marquês de Soveral, uma vez que as passeadeiras no pavimento já mal se faziam notar, acrescentando o facto de estar para breve o Verão, com a habitual enchente de imigrantes, sendo o tráfego de peões e veículos também maior e alertou o Município para a necessidade de retocar as passeadeiras. Aproveitando o mote, alertou para a necessidade de se criarem e sinalizarem lugares de estacionamento para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em alguns locais, nomeadamente junto a repartições de serviços públicos. Para finalizar a sua intervenção, o Senhor Deputado Teófilo Anjos manifestou o seu agrado com a Organização das Festividades do São João, tendo endereçado os Parabéns ao Município e ao Executivo pelo Cartaz apresentado e pela forma como as mesmas decorreram.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Frederico Selores. Este, após cumprimentar todos os presentes na Sessão, lembrou que desde há algum tempo a esta parte que vinha falando dos problemas do Douro, tendo inclusive, numa

Sessão de Assembleia anterior, proposto a criação de um grupo de trabalho para debater os problemas e adiantar soluções. Nos dizeres do mesmo, já no ano transato se verificavam os mesmos problemas na RDD, pese embora agora, o assunto fosse mais falado e abordado (parece) com mais intensidade e interesse pelo atual Ministro da Agricultura.

Fazendo uma análise ao sector da viticultura, e às dificuldades dos Agricultores, o Senhor Deputado Frederico Selores referiu: "há uma coisa que aqui me preocupa, nós estamos numa região onde os agricultores não têm medo de nada, não têm medo do calor, não têm medo do frio, mas há uma coisa com a qual eles estão receosos agora, que é a questão de deixar as uvas penduradas nas videiras. Nem se preocupam, sequer, se vão ter prejuízo... se o vinho não vai dar dinheiro para eles viverem durante o ano. A preocupação dos agricultores, neste momento, é deixar as uvas nas videiras. Isso é o que os preocupa, portanto, e isso também nos deve preocupar a todos nós". E prosseguiu, dizendo, "nós temos uma responsabilidade acrescida, porque fomos eleitos por agricultores, por vitivinicultores, portanto, 90% da nossa economia diz respeito ao vinho e aquilo que não diz respeito ao vinho está diretamente ligada ao vinho".

Prosseguindo o seu raciocínio, e referindo-se às empresas que costumam operar no Mercado e comprar vinho, o Senhor Deputado Frederico Selores visou-as como Empresas com o objetivo de maximizarem lucros, frisando que apenas as Cooperativas estavam obrigadas a receber uvas. E, portanto, assim sendo, atendendo à economia global e à maximização de lucros, pediu União no Douro e salientou que era preciso unir os Presidentes da CIMDouro, de modo a se obterem soluções junto do Governo Central, em Lisboa. Caso contrário, no entender do mesmo, apenas se obtêm algumas soluções de cuidados paliativos imediatos, mas não soluções estruturais de médio e longo prazo. Por último, e de modo a finalizar o tema, apontou o dedo aos agricultores, responsabilizando-os também pela crise vivida no Douro, porque, nos últimos anos, "pegavam no Cartão de Benefício e vendiam-no a Um e entregavam as Uvas a Outro. Isso é crime. Quantas pessoas vocês conhecem que fazem isso? E quantas dessas pessoas nós aplaudimos, a dizer que sim senhora, que aquele senhor é que é esperto? Não! Isso é estragar a região! Está a dar cabo da Região! Não é só as empresas que vão buscar vinho a Espanha... esses viticultores também têm muita quota parte da responsabilidade e não podemos bater palmas aos que fazem isso, mas antes, devemos recriminar, devemos condenar". Rematou, louvando a persistência do Presidente Manuel Cordeiro quanto ao assunto, mas reforçou a ideia de que só todos, unidos, é que conseguiremos obter resultados. E, portanto, concordando com a Moção, disse ser importante que o Senhor Presidente da Assembleia a fizesse, depois, chegar aos Autarcas da CIMDouro e aos restantes Presidentes da Assembleia de todas as outras Assembleias Municipais.

Mudando de assunto, e aludindo ao tema trazido a talho de foice pelo Senhor Deputado Vítor Tomé, acerca do Regulamento Municipal e de Eventos (como o convívio do moto-club) patrocinados com dinheiro do erário público, o Senhor Deputado Francisco Selores classificou o episódio como uma vergonha. "Uma vergonha completa. Eu acho que quem defende, quem tem, quem usa o nome da Pesqueira, tem que ter uma responsabilidade acrescida. Quem usa o nome do Município, do Concelho, tem que ter uma responsabilidade acrescida. Não pode andar a desbaratar o nome do Município, coisa que o moto clube de São João da Pesqueira faz ao trazer para aí gente de gangues, gente criminoso. Isso não é defender o Concelho". E prosseguiu, referindo que a Câmara deveria ter "uma tomada de posição firme. Deve-se defender as Associações que realmente levam o nome de São João da Pesqueira longe e que até podiam levar mais se fossem mais apoiadas (como o Rancho Folclórico de Vilarouco, que poderia levar o nome de São João da Pesqueira muito longe, se tivesse outro tipo de condições, por exemplo)".

Por último, e terminando a sua intervenção, o Senhor Deputado Frederico Selores interpelou o Executivo, dizendo que tivera conhecimento, através de conversa com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilarouco e Pereiros, de que tinham havido dois pedidos para duas obras, (um muro no Terreiro e a Calçada da Fonte Nova). Ou seja, tinha havido dois pedidos de ajuda à Câmara. Assim, indagou se o pedido (de apoio financeiro) feito à Câmara tinha, entretanto, tido algum tipo de resposta.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Silva. Este, por seu turno, tomou a palavra, dizendo que a intervenção tinha como finalidade dar

alguns contributos/ideias para a realização da Moção. Recordou que estavam todos presentes, aquando do discurso de abertura da última Vindouro, quando o Senhor Presidente elencou uma série de medidas e de problemas no Douro, olhos nos olhos com (à época) Senhora Ministra da Agricultura. E salientou que os problemas – que já eram conhecidos – eram, agora, exatamente os mesmos, mas agravados: “agravaram-se, a Ministra foi embora, vão mudando os governos, os problemas persistem”. E, assim sendo, e na qualidade de Presidente da Adega Cooperativa de Trevões, e pertencendo aos Órgãos Sociais da UniAdegas (uma Associação de dez Adegas Cooperativas, com um lugar na CAP e dois lugares na FENADEGAS), disse que não podia ficar calado, tendo vincado a ideia de que era tudo “mais complexo” do que aquilo que parecia. “Temos andado em Reuniões na UniAdegas, a debater problemas. Eu “forcei” que fosse feita uma reunião da UniAdegas na Adega Cooperativa de Trevões, tendo sido convidado o Município e tendo comparecido o Senhor Vice-Presidente Luís Rodrigues. E forcei porque, no seio da UniAdegas, há líderes (o Presidente da UniAdegas é o atual Presidente da Câmara de Moncorvo, o Presidente da Mesa da Assembleia é Presidente da Adega de Lamego e tem assento no Conselho Interprofissional, etc.) que têm um acesso facilitado aos Ministros, e com vontade política. Caso contrário, não vamos ter sucesso. Isto é, vão mudar Ministros, vai acontecer mais uma vindima, vão continuar a existir discussões acaloradas (porque as Adegas e as realidades são diferentes: a realidade do Douro Superior é diferente da realidade do Baixo Corgo e a Adega de Freixo vive uma realidade económico-financeira diferente, por exemplo, da Adega de Mesão Frio), mas nós precisamos é de medidas de curto, médio e longo prazo”, disse.

Na prossecução da sua intervenção, o Senhor Deputado Tiago Silva recordou que as decisões, pese embora a Moção a apresentar, passam pelo Interprofissional, onde se fixa o quantitativo de benefício e onde há sempre um “braço-de-ferro” entre os representantes da Produção e do Comércio, sendo que, a seu ver, a crise só se resolve com medidas impostas através de Portarias ou por Decreto. Referiu que os Exportadores (bem organizados, com consultores e assessores) haviam-se antecipado e tinham pedido uma reunião à CIMDouro. Também a UniAdegas tinha solicitado uma Reunião. Resumindo: Produção e Comércio, ambos trabalham defendendo os seus interesses... Então, e até porque, no entender do mesmo, só os Autarcas de São João da Pesqueira e de Peso da Régua é que tinham – até ao momento – dado publicamente a cara, parecendo os restantes que não são da Região Demarcada do Douro, teria que haver decisões do Poder Central!

O Senhor Deputado Tiago Silva adiantou que, da Reunião da UniAdegas que acontecera em Trevões, também saiu um documento (com Medidas) para entregar ao Senhor Ministro da Agricultura, aquando da reunião em Moncorvo, prevista para o dia 04 de Julho. Pese embora, sublinhou, que fosse feita a Moção com meia-dúzia de medidas específicas, dizendo concretamente o que se pretende: um preço justo de Mercado, Destilação de Crise (embora já não fosse a tempo de escoar vinho antes da Vindima) com a condição de não poder destilar vinhos quem comprou/importou vinhos de fora da Região do Douro, Fiscalização (com reforço de meios humanos e físicos), decretar a Obrigatoriedade de usar no fabrico do Vinho do Porto apenas e só Aguardente Vínica obtida a partir de Vinho da RDD.

Indo de encontro ao que o Senhor Deputado Frederico Selores havia dito, também o Senhor Deputado Tiago Silva disse que, no seu entender, muito do que se passa no Douro e que contribuiu para se chegar até esta Crise extrema, é culpa do comportamento dos viticultores, porque entregam nas Adegas a pior produção para que se elabore o Vinho do Porto (preenchem o benefício com as piores uvas) e vendem as uvas com qualidade para produtores/engarrafadores que comercializam, à posterior, excelentes vinhos DOC. Assim, o Vinho do Porto, nas gamas baixas, um produto que se queria de excelência, é feito com a pior produção e leva adição de aguardente proveniente/importada do estrangeiro, sem garantir escoamento das uvas da Região. Fazem-se, depois, vinhos baratos, mas de fraca qualidade e que não são consumidos no Mercado! Nos dizeres do mesmo, o comportamento dos Agricultores tem sido de tal modo prejudicial à Região e a eles próprios (que vendem o cartão para um lado e metem uvas noutro lado, cometendo uma prática criminosa), ao ponto de terem trocado as Adegas Cooperativas por Particulares, quando esses pagam mais X em Pipa, esquecendo-se que as Adegas não visam apenas o lucro, mas cumprem uma função social (interagem com a economia local, criam postos de trabalho nas localidades, etc.) e existem

para receber a totalidade da produção dos Associados, em anos bons e maus. Agora, esses mesmos Agricultores, vêm-se a braços com o problema de ninguém lhes querer aceitar as Uvas! Posto isto, concluiu não ter dúvidas de que o futuro dos pequenos e médios viticultores passará, cada vez mais, pelo Cooperativismo. À margem disto, adiantou que ia estar em cima da Mesa, já na próxima reunião do Interprofissional a discussão de destilar pelo menos 20% das uvas para produzir aguardente vínica com a finalidade de usar essa mesma aguardente na Produção de Vinho do Porto, ajudando a escoar excedentes.

Assim, o Senhor Deputado Tiago Silva finalizou o seu discurso, dizendo que há muita gente empenhada em identificar os problemas, propor soluções e ajudar a resolver a Crise no Douro. Pediu que na Moção constasse Fiscalização, nomeadamente no que à importação de vinhos e rotulagem diz respeito, sugestionando que fosse proposta a criação de Hub's logísticos para armazenagem e controlo dos vinhos importados, que depois são vendidos como vinhos regionais, com Marcas do Douro, e ombreiam (com preço e qualidade inferiores) nas mesmas prateleiras com Vinhos DOC Douro. Reforçou, ainda, a importância de fazer chegar a Moção aos Presidentes das restantes Assembleias Municipais que compõem a CIMDouro e vincou a importância de constituir um Grupo de Trabalho para aprimorar a Moção, sendo de primordial importância destacar na mesma que o Governo decretasse que o Vinho do Porto (fabricado na primeira Região Demarcada do Mundo, Património Mundial) tem que ser genuíno e de qualidade e que só pode ser produzido utilizando Aguardente Vínica obtida a partir de Vinho da Região do Douro.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia informou que, entretanto, a Mesa já havia procedido a algumas alterações, tendo também introduzido conteúdo, mediante aquilo que foi sendo dito pelos intervenientes e propôs a leitura a Moção, já com as alterações introduzidas. Propôs, inclusive, um intervalo, no sentido de, conjuntamente com alguns elementos, melhorar e reformular a Proposta de Moção apresentada. E questionou se alguém se opunha.

Pediu a palavra a Senhora Deputada Lourdes Marinho. Tendo-lhe sido concedida a palavra, a Senhora Deputada elogiou as intervenções feitas, referenciou o comportamento do Senhor Deputado Tiago Silva, porque, nos dizeres da mesma, ouvira “os debates que as Cooperativas fizeram, aquando da audição da Assembleia da República. E nem todos os dirigentes das Cooperativas, os Diretores das Cooperativas, tiveram a coragem de enfrentar o problema de frente. Porque há muitos interesses obscuros” e louvou a atitude da apresentação da Moção pelo Senhor Deputado António Balça, tendo sugerido também a criação de um grupo de trabalho ou uma Comissão para melhorar a Moção, ao invés de se estar, em minutos, num intervalo, a redigir um documento. Propôs que se elaborasse uma Moção, verdadeiramente digna, para ser apresentada e discutida pelos Presidentes na CIMDouro, capaz até de ser enviada ao Governo Central.

Também pediu a palavra o Senhor Deputado António Balsa. Tendo-lhe sido concedida a palavra, mostrou-se satisfeito por ter desencadeado a discussão e por ter arrepiado caminho para a constituição de um Grupo de Trabalho que pudesse aprimorar, ainda mais, a Moção. Posto isto, pediu que a Assembleia fosse capaz de fazer chegar a Moção e a Mensagem ao Senhor Ministro da Agricultura, que lhe parecia sensível à situação da crise no Douro.

O Senhor Presidente da Assembleia, em face daquilo que se passava na Sessão e face ao que havia sido dito, pôs à consideração da Assembleia a criação de uma equipa que preparasse uma moção mais consistente.

Interpelado pelo Senhor Vice-Presidente Rodrigues, que solicitou a possibilidade de intervir e falar aos Presentes, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu-lhe a palavra.

O Senhor Vice-Presidente, tendo em conta todos os contributos enriquecedores, propôs que se elaborasse algo simplificado, mas, ao mesmo tempo, mais aprimorado. Segundo ele, o documento deveria “objetivar a reivindicação” e ser bem pensado. Assim, propôs que se constituísse uma Comissão para elaborar um documento e, à posteriori, se marcasse uma nova Assembleia Extraordinária, sendo que a Moção deveria ser destinada a todos os Presidentes de Assembleias dos Municípios da CIMDouro, uma vez que eles incorporam e englobam toda a população, visto ser o representante de todos os Cidadãos.

O Senhor Vice-Presidente deu ainda conta de que a Reunião que decorrera naquela tarde em Santa Marta de Penaguião (onde participava o Senhor Presidente Manuel Cordeiro) já havia

terminado, sendo que os assuntos, problemas e soluções abordados foram basicamente os mesmos que haviam sido aportados na Sessão da Assembleia. Referiu, ainda, que havia saído a possibilidade de uma Destilação de Crise, pese embora sem certezas... Destacou, também, uma exponencial fiscalização (uma vez que não é possível interditar a entrada de vinhos de fora da Região) e a questão pertinente e vital de incorporar aguardentes vínicas produzidas a partir de vinho da Região Demarcada do Douro, notando que será uma tarefa difícil obter a aceitação, uma vez os Exportadores alertam logo que fará subir o preço final da garrafa e dificultará as vendas! Segundo o mesmo, tal significa que se tem andado a trabalhar com base em vinhos baratos.

Prosseguindo o seu raciocínio, e não conseguindo proibir e travar a importação de vinhos na ordem dos 300 milhões de litros para zero litros, considerou pertinente – e ciente de que se reduziria a quantidade de litros importados – a ideia da criação de Hub's logísticos para albergar esses vinhos, com fiscalização apertada e rotulagem diferente e diferenciadora, alertando e esclarecendo o consumidor, aquando da venda. Consciencializou, ainda, os Presentes na Sessão de que era impossível resolver os problemas todos de uma vez e que a Região teria de se preparar para ir resolvendo gradualmente os problemas identificados. Além do mais, lembrou que era preciso vontade e decisão política para investir uns milhões de euros na Região (à imagem do que aconteceu em outras geografias e empresas do País, como a TAP ou Metro de Lisboa ou na CP), lembrando que o Executivo anda há oito anos a “mendigar” para requalificar a EN222. No entanto, notou um Ministro da Agricultura diferente, e que tem mostrado (em poucos meses) uma sensibilidade e preocupação diferentes em relação aos seus antecessores para com a Região do Douro. Por último, relembrou que o Senhor Presidente Manuel Cordeiro também tem tido a preocupação de, em todas as Vindouros, aquando do discurso de abertura, sublinhar, ano após ano, que os problemas são os mesmos e se agudizam e alertou para o facto de há cerca de vinte anos existirem cerca de 37000 agricultores e hoje serem cerca de 19000 e, mantendo a cadência, a este ritmo, serem cada vez menos, talvez metade daqui por dez anos, assistido à migração de gentes e à desvalorização do Património.

Respondendo às questões e interpelações colocadas pelos Senhores Deputados aquando das respetivas intervenções, o Senhor Vice-Presidente disse que o Regulamento das Associações seria revisto e repensadas as Participações no São João, bem como a questão do Júri, comprometendo-se a implementar medidas na próxima Edição, de forma a colmatar as críticas e sugestões de melhoria. Classificou, ainda, o Regulamento da Ação Social como um regulamento bastante complexo, e adiantou que estava a ser revisto.

O Senhor Vice-Presidente procurou inteirar-se “em tempo útil” da questão levantada pelo Deputado Frederico Selores e prometeu responder mais adiante. Relativamente às intervenções dos Senhores Deputados Maria de Lourdes e Teófilo, o Senhor Vice-Presidente anuiu que seria, de todo, importante conseguir a tal síntese de ideias na Moção e relativamente à questão da Sinalização disse que iria transmitir a quem trata da sinalização, tendo dito que também havia tomado boa nota no tocante à sinalização de pontos em serviços públicos para os índices de mobilidade reduzida, considerando uma falha, que deveria ser colmatada com a maior brevidade.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia, levou em consideração a Proposta de reformular a Moção, constituir um grupo de Trabalho e marcar uma Assembleia Extraordinária – com data a anunciar – mas a realizar até final de Julho. Aceitou e informou acerca da Proposta que havia chegado à Mesa para que o Grupo de Trabalho para redigir e aprimorar a Moção fosse constituído pelos Senhores Deputados António Balça, Frederico Selores, Tiago Silva, Manuel Jorge (Presidente da Junta de Ervedosa do Douro) e pelo Senhor Presidente Manuel Cordeiro. Tal colheu opinião unânime entre os Presentes, e, como ninguém se opôs, foi anunciado pelo Senhor Presidente da Assembleia que iria ser marcada a Sessão Extraordinária para apresentar e votar a Moção.

Não havendo mais inscrições deu-se por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.

Antes de passar ao período da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia explicou que havia duas alterações na Ordem de Trabalhos, em relação à que tinha sido objeto de Edital e Convocatória e pediu ao Senhor Vice-Presidente que explicasse o porquê de tais alterações, tendo também solicitado à Assembleia a retirada do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, que tinha

a ver com a questão do Regulamento Municipal sobre o ruído, e a inclusão de novo Ponto, referente a um Pedido de Autorização para a Dissolução da Associação de Municípios de Trás os Montes e Alto Douro.

O Senhor Vice-Presidente explicou que relativamente à retirada da proposta do documento (que tinha a ver com os horários dos estabelecimentos comerciais) estava em causa um Regulamento que iria determinar a fixação de horários. Tinha havido um período de discussão pública, que terminara no último dia útil antes da reunião de Câmara (decorrida dois dias antes da Assembleia). Decidiram pedir para retirar o Ponto da Ordem de Trabalhos porque, de certa maneira, e de acordo com aquilo que era a análise que os juristas fizeram, a questão dos horários dos estabelecimentos comerciais era algo que não estava na alçada de competências dos Municípios. Assim, explicou que funciona o Regime Livre, ou seja, havia uma liberalização no que respeita a essa matéria e as Câmaras apenas têm algum efeito no que respeita à aplicação de coimas e no que respeita à violação do dever, do cumprimento das regras. Assim, propôs retirar o Assunto, de modo que fosse analisado com mais profundidade e, depois, trazido novamente e discutido com mais certezas.

Mudando de tema, e explicando a proposta de retirada do segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Vice-Presidente começou por dizer que o Assunto tinha sido abordado aquando da última Reunião de Câmara e prendia-se com o facto de o Município fazer parte da Associação Municipal de Trás-os-Montes e Alto Douro, uma Associação sem atividade desde há dezanove anos, sendo que era entendimento de todos os Parceiros dessa Associação que a mesma deveria ser extinta. Assim, formalizaram a saída da referida Associação, com vista à sua extinção. Daí a retirada do Ponto, de modo a formalizar uma coisa que, na prática, já acontecia.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou, então, à consideração do Plenário a retirada do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos. Como ninguém se opôs, foi aprovada por unanimidade a retirada do Ponto 2 da Ordem de Trabalhos, passando os pontos que se sucediam a ser, agora, o Ponto 2 e Ponto 3. Questionou, ainda, a Assembleia se alguém se opunha a que fosse incluído um novo Ponto, que seria referente à dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro, como Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovadas ambas as alterações.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu o

Período da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou ao Sr. Vice-Presidente do Executivo se pretendia fazer um resumo dos Pontos da Ordem de Trabalhos ou se faria, apenas, uma introdução a cada Ponto, antes de dar a palavra aos Membros da Assembleia. De seguida abriu as Inscrições para os Membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre o Primeiro Ponto da Ordem do Dia (**Apreciação da Atividade Municipal**).

Inscreveu-se a Senhora Deputada Maria de Lourdes e o Senhor Deputado Teófilo Anjos.

Foi concedida a palavra à Senhora Deputada Maria de Lourdes. Esta, por sua vez, começou por salientar que se há Atividade Municipal é bom sinal, porque denota que os Gabinetes estão a funcionar. Questionou, no entanto, visando o Radar Social, cujo início de funções reportava a dois de Maio do corrente ano, quem eram os funcionários e qual o critério de seleção? Quem foi o júri? Recordou que, na Reunião de setembro, tinha existido um pedido de alteração do Mapa de Pessoal, para criação de um Posto de Trabalho, como Técnico Superior, por tempo indeterminado. Na altura, disse, desconfiando que fosse para o Programa Radar Social, disse ter interrogado sobre o Assunto e havia-lhe sido respondido que era para esse fim, e que o Estado financiava dois Técnicos, a custo zero para o município durante 27 meses. Tinham-lhe respondido que iam recorrer à «Mobilidade» e que o mais que poderiam gastar seriam 200€/mês para o Seguro, Subsídio de Alimentação. Ora, a seu ver, se iam servir-se pela Lei da Mobilidade não precisavam gastar dinheiro no subsídio de refeição.

Prosseguindo o seu raciocínio, a Senhora Deputada Maria de Lourdes disse que votava a favor da alteração do Mapa de Pessoal, quando entendia que as pessoas eram precisas, mas normalmente votava contra, por entender que a Câmara era o maior empregador do Concelho. E questionou, novamente, como é que haviam procedido (com que critérios) à Seleção? Mesmo sabendo que tinha havido Concurso Público, questionou como é que, sendo admitida a pessoa, essa passava logo para Coordenadora, tendo sido ambos admitidos como Técnicos

Superiores, onerando os custos do Município com Pessoal. Disse estranhar o Procedimento e lembrou que, no Mandato anterior, o PNT (enquanto Oposição) havia feito uma “sangria” à Doutora Maria dos Anjos, sendo que, à data (pese embora fosse Mulher do Ex-Presidente José Tulha) já era funcionária da Câmara desde o tempo do Senhor Presidente João Costa, e já fazia parte da Biblioteca. E quando se inaugurou a Biblioteca, e depois mais tarde o Museu, nessa altura ela ficou com ambas as funções de supervisionar quer a Biblioteca, quer o Museu. Disse não entender a posição dos mesmos, outrora Oposição e agora Edil Municipal, que outrora achincalharam a pessoa, andaram em Tribunais, etc., e agora admitiam dois Técnicos Superiores e logo com Função de Coordenadora. Satiricamente, apelidou a situação como escandalosa e disse que lhe parecia que na Política havia duas medidas: uma para os inimigos e outra para os afortunados.

Mudando de assunto, e reportando-se à página 12, a Senhora Deputada Lourdes Marinho referiu-se ao apoio dado pelo Município para o design gráfico de um Livro de Poemas. E pediu esclarecimento quanto ao tipo de apoio concedido.

O Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Deputado Teófilo Anjos. Este, por seu turno, visou as Obras do Parque da Ferradosa. Não quis deixar passar a oportunidade para, na qualidade de Deputado e Presidente da Junta daquele lugar, elogiar e agradecer ao Executivo, porque, no seu entender, finalmente nascera naquele sítio uma zona de lazer, tanto para a Freguesia que liderava, como para todos os habitantes e visitantes do Concelho, dizendo mesmo que todos se deveriam sentir orgulhosos com a Obra, que proporciona um espaço digno, com uma paisagem fantástica, com todas as condições: desde Piscinas, a um Parque de Campismo. Expectando que outras condições também possam ser criadas futuramente, para já regozijou-se por ter sido criado o essencial e encerrou a intervenção com um Agradecimento ao Executivo, por fazer acontecer o que há muito almejava. Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, de modo que este pudesse responder às intervenções, questões e interpelações anteriormente feitas.

O Senhor Vice-Presidente começou por responder relativamente à questão do Radar Social. Num sentido mais lato, informou que havia três Candidaturas a decorrer (praticamente em simultâneo) tratando-se de:

- a 5ª geração do CLDS (com plano de ação implementado e aprovado na última Reunião de Câmara);
- o Radar Social, cujo início de funções reportavam a Maio;
- o PIPS, mais direccionado para a Educação.

Relativamente às dúvidas colocadas agora pela Senhora Deputada Maria de Lourdes, o Senhor Vice-Presidente informou que já anteriormente também as mesmas dúvidas e questões tinham sido colocadas pelo Senhor Vereador Vítor Sobral em Reunião de Câmara. E informou que tudo decorreu conforme os Procedimentos Concursais que foram entregues. E, para esclarecer e despistar dúvidas quanto a eventuais ilegalidades ou irregularidades, garantiu que tudo foi tido em conta, desde toda a cadeia do Processo, desde os Critérios até ao perímetro de Funções: “exames, critérios, avaliações, foram cumpridos! Para lhe dar, a título de exemplo, no que respeita à parcimónia, até com que entendemos o nível da retribuição dos coordenadores (e o Vereador Vítor Sobral não me deixará mentir) afirmo que o Coordenador deste tipo de CLDS auferia um ordenado de dois mil e quinhentos euros. Para os coordenadores de todas de todas estas candidaturas, foi mil novecentos e quinze euros, que é o Terceiro Escalão da Função.

O Radar Social tem duas funções: o levantamento das questões sociais, e depois tem uma georreferenciação, uma questão mais de gestão e mais informática. Naturalmente, a pessoa que foi escolhida para Coordenadora tem, pelo menos, mais 20 anos do que o Técnico e além disso, é da área específica, porque se isto é uma ação na área social, o outro elemento da equipa, que em Concurso foi que ganhou e foi provido no lugar é de Gestão. Portanto, não faria muito sentido que, numa candidatura de natureza social, o Coordenador fosse alguém da área da Gestão. Portanto, é essa a lógica pela qual a Coordenadora é quem é! É uma pessoa da área social. E depois, também no que respeita à pessoa que contratámos ter ido para o Quadro, não se trata de nenhuma habilidade de quem está no Executivo neste momento. Isso vinha inscrito na Candidatura como Regra. O mesmo vai acontecer (e vai ser exatamente a mesma

coisa) no que respeita ao PIPS e no que respeita ao CLDS 5G. No que respeita à qualidade do vínculo, portanto, a natureza da pessoa que foi escolhida foi aquela que ganhou. Portanto, é legítimo e quem quiser ter acesso ao procedimento na totalidade e com toda a transparência ser-lhe-á entregue, como, aliás, já foi entregue, ao Senhor Vereador Vítor Sobral. Portanto, a natureza e o cumprimento das regras, poderão aferir por essa medida. E posso garantir pessoalmente é que essas Regras, ou seja, a escolha da Pessoa, a natureza da escolha, passou pelo facto de ser da Área Social e não da Área da Gestão. A Gestão só está para acompanhar a área, porque ele é um programa de Georeferenciação. Estamos a referenciar famílias em dificuldades. Portanto, essa é a razão”.

O Senhor Vice-Presidente referiu-se, ainda, quanto à alusão *“infeliz no que respeita à Doutora Maria dos Anjos”*, tendo dito que *“ela ficou tão achincalhada que nós, que éramos arguidos, fomos absolvidos”* lamentando que a Senhora Deputada Maria de Lourdes não tivesse ouvido as alegações do Ministério Público, a elogiar a postura da (à época) Oposição. Portanto, no seu entender, *“se fosse tão achincalhamento, tão má atitude, teríamos sido condenados! Ora, fomos absolvidos e elogiados em sede de alegações finais do Ministério Público”*.

O Senhor Vice-Presidente frisou, mais uma vez, que foram cumpridas todas as Regras a que estavam vinculados. Disse, ainda, que a pessoa escolhida pelo Júri apresenta uma vasta e diversificada experiência curricular e, de resto, sublinhou que o Executivo não interferiu – porque nem pode, nem deve – nas fases dos Procedimentos. Salientou que estava de *“consciência tranquila no que respeita àquilo que foi a transparência”* não tendo cometido qualquer crime, nem fora *“cúmplice de nenhuma malandrice”* e referiu, mais uma vez, caso as explicações dadas não fossem suficientes, qualquer pessoa poderia consultar a documentação do Concurso.

Por último, o Senhor Vice-Presidente explicou que o apoio dado ao design gráfico de um Livro se destinou a uma Aluna da UVA, que tinha feito um Livro de Poemas. A Senhora havia feito uma edição limitada de um Livro de Poemas e pediu apoio e foi-lhe concedido apoio no design gráfico.

O Senhor Vice-Presidente notou, ainda, no que concerne à Atividade Municipal, que a mesma era elucidativa da forma de trabalhar do Executivo: *“tem sido o foco e o controlo permanente no respeito à evolução da dívida. Em Abril, aquando da última Assembleia, a dívida do Município estava pouco acima dos sete milhões de euros. Evidentemente que é dinâmica e varia ao longo do tempo, mas não deixa de ser indicativo e elucidativo do cuidado que temos com a gestão das contas e que não permite que elas derrapem. Neste momento é de seis milhões quinhentos e dez mil novecentos e seis euros. Isto para dizer que são menos quinhentos mil em três meses, o que significa justamente o foco, a atenção e o rigor, no que respeita à evolução da dívida, que é muito importante, é um compromisso que tínhamos, temos e teremos.*

A Senhora Deputada Lourdes Marinho solicitou ao Presidente da Assembleia para intervir novamente, sobre o mesmo tema, como resposta ao esclarecimento do Senhor Vice-Presidente. Foi-lhe, excecionalmente, concedida a palavra.

A Senhora Deputada Lourdes Marinho explicou que tinha trazido o assunto, porque em Assembleia transata invocou a atenção da Assembleia, porque vira que o lugar se destinava a um Técnico por Tempo Indeterminado, tendo ficado – já na altura - com uma desconfiança, pois percebia-se, agora, que era para dois Técnicos Superiores. No entanto, disseram-lhe, na altura, que o Programa Radar era financiado por 27 Meses, a custo zero para a Câmara, sendo que não é isso que se verifica, nem se irá verificar futuramente. Disse estranhar também e questionou como é que concorreram mais de setenta pessoas e tinham sido selecionadas apenas dez para os exames finais. Quanto á pessoa em questão, ser da Área Social e ter passado imediatamente a Coordenadora, a Senhora Deputada Lourdes Marinho disse estranhar que tal se passe assim, tendo salientado que a pessoa em causa até tinha trabalho numa escola (onde era precisa) precisamente também na área social. E deixou no ar as perguntas: entre os outros dez candidatos finais será que não havia mais ninguém que, para além de perceber de gestão, também soubesse coordenar os vários Programas? Será que não havia desempregados? E rematou: então o Senhor Presidente disse que ia usar a Lei da Mobilidade e não a usou?! Concluiu, dizendo que as dúvidas que colocava nada tinham contra a pessoa (selecionada) em questão.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o primeiro ponto.

Entretanto chegou à Sessão da Assembleia o Senhor Presidente do Executivo, que pediu a palavra para dar nota de como tinha decorrido a Reunião com o Ministro da Agricultura, em Santa Marta de Penaguião. Tendo-lhe sido concedida a palavra, o Senhor Presidente Manuel Cordeiro disse que, à margem da CIMDouro, tinham constituído um Grupo de Trabalho, composto pelos Autarcas da Pesqueira, de Murça e da Régua. Informou que haviam reunido por diversas ocasiões, e com várias áreas do sector vitivinícola, colhendo opiniões, e tinham tido, agora, a reunião com o Senhor Ministro da Agricultura, tendo trazido bons indicadores. Nos dizeres do mesmo, o Ministro pareceu-lhe “pessoa que tem vontade de ajudar, perspetivou alguns cenários, inclusivamente de fundos europeus, que podem (pelo menos) vir ajudar já, de forma imediata, à Crise no Douro”. No entanto disse esperar que durante o mês de Julho já houvessem medidas concretas e, depois, mais adiante todas as medidas de fundo e de médio de longo prazo.

O Presidente da Assembleia passou, de imediato, ao

Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos (Análise, discussão e votação da designação do Júri de Recrutamento do Procedimento Concursal para Provimento do Cargo de Direção Intermédia de 2.º Grau (Chefe da Divisão Administrativa e Financeira))

Foi concedida a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Executivo, de modo a que este pudesse fazer um resumo do Ponto da Ordem de Trabalhos.

O Senhor Vice-Presidente elucidou que, na sequência do Concurso para Gestor, esse concurso havia sido descontinuado, porque tinha aparecido um Recurso Humano com qualidade para o cargo, mas que (entretanto) desistiu. Assim, como não prosseguiram, estava em falta e era urgente arranjar um Financeiro, alguém com competência nessa área, sendo que o Procedimento Concursal dizia respeito a isso: à indicação de um Cargo de Direção Intermédia, de Segundo Grau para Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, sendo que aquilo que se iria aprovar era a designação do júri. Informou, ainda, que tinham cumprido todos os formalismos legais e que o Júri era composto pelo Presidente, Doutor Paulo Tolda, Vogais Efetivos, Doutor António José Fernandes (Chefe de Divisão Municipal da Câmara da Armamar) e Doutor João Paulo Moita dos Santos (Chefe da Equipa Multidisciplinar do Município de Tabuaço), Vogais Suplentes, Doutora Ana Margarida Pereira de Carvalho e Doutor António Pedro Pinto de Souza Teixeira (jurista especialista em Contratação Pública, tendo exercido essas Funções em entidades participadas na Câmara Municipal do Porto). Elucidou, ainda, que este Ponto se interligava com o Ponto seguinte, que tinha precisamente a ver com a Atribuição de Despesas de Representação. Assim, referiu que, *“no cumprimento da lei temos que aprovar a composição do júri e temos, depois, que aprovar também que sejam abonadas despesas de representação ao titular que vier a ser escolhido neste procedimento concursal”* e sublinhou que o valor proposto era o correspondente ao Valor de Despesas de Representação.

Pediu a palavra o Senhor Presidente do Executivo, com o intuito de complementar a informação prestada pelo Senhor Vice-Presidente. Foi-lhe concedida a palavra.

O Senhor Presidente Manuel Cordeiro começou por explicar que *“existem três Divisões: desenvolvimento económico e social, a divisão das obras públicas e particulares e a divisão administrativa. Foi criada também, sob nossa proposta e com vossa aprovação, o Cargo de Direção do Departamento Municipal. Foi provido, na altura com o Doutor Paulo Tolda (sem chefe de divisão) porque o Doutor Paulo, ao fim ao cabo, cobria e garantia ambas”*.

Prosseguiu, dizendo que na Área de Economia tinham aberto Concurso para o Departamento, julgando que algum técnico, algum chefe de divisão de uma outra Câmara, por exemplo, viesse para Chefe de Divisão. Portanto, o lugar de Chefe de Departamento até seria mais aliciante, porque era mais bem remunerado. No entanto, como havia referido o Senhor Vice-Presidente, de entre os que tinham concorrido, apenas um tinha experiência em Câmaras (era da Câmara de São Pedro do Sul), mas desistiu. Então, esclareceu que optaram por abrir Concurso para aquilo que efetivamente estava em falta, que era a parte financeira. Informou que, para já, o Serviço estava assegurado pelo Doutor Fernando Amaro, que presta Serviço como avençado. No entanto, frisou que ter um Economista que vai à Câmara dois ou três dias por Semana, não é a mesma coisa do que ter um profissional diariamente. No que concerne à questão das

Despesas de Representação, e por estranho que pareça, disse que as mesmas decorrem da Lei, mas tem que ser a Assembleia a aprovar (assunto do ponto seguinte).

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as Inscrições para os Membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre este ponto. Inscreveram-se os Senhores Deputados Joaquim Carvalho e Frederico Selores.

Tomou a palavra o Senhor Deputado Joaquim Carvalho. Apenas questionou: o lugar que vai estar a Concurso era ocupado pelo Doutor Paulo Tolda, correto? Sendo assim, e com todo o respeito e reconhecimento pela capacidade de trabalho do Doutor Paulo Tolda, faz sentido ser ele o Presidente deste Júri?

Foi concedida a palavra ao Deputado Frederico Selores. Usou da palavra para deixar uma nota de apreço pelo trabalho que o Doutor Paulo Tolda tinha feito ao Serviço do Município e na Câmara, enquanto Diretor Municipal, uma vez que englobava os três Departamentos. Referiu, ainda, que, a seu ver, fazia sentido ser o Doutor Paulo Tolda o Presidente do Júri, porque conhecia bem as funções a desempenhar, tinha vasto Curriculum e teria a noção de quem seria o melhor Candidato a ocupar a vaga deixada (livre) por ele.

Não havendo mais Inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente, para que pudesse responder às intervenções anteriores e/ou questões colocadas.

O Senhor Vice-Presidente, em jeito de resposta, referiu o Doutor Paulo Tolda como uma pessoa de reconhecidos méritos. Uma pessoa conhecedora do funcionamento da “máquina” que constitui, no fundo, uma Câmara Municipal. Alguém de hombridade e honorabilidade reconhecidas e, portanto, fazia todo o sentido que fosse o Presidente do Júri. Lamentou, ainda, que a Câmara tivesse perdido o Doutor Paulo Tolda como Recurso Humano, e atendendo às elevadas funções desempenhadas, considerou, uma vez mais, ser a pessoa indicada e mais habilitada a presidir ao Júri, salientando que o mesmo era também composto por vários elementos, todos eles com experiências autárquicas.

Não havendo mais Inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o **Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos (Análise, Discussão e Votação da Atribuição de Despesas de Representação ao Dirigente Intermédio de Segundo Grau)** tendo concedido a palavra ao senhor Vice-Presidente, de modo que pudesse fazer uma resumida introdução ao Ponto.

O Senhor Vice-Presidente disse que já havia sido referido e, embora pudesse parecer paradoxal, porque estava tudo estipulado, os valores estavam definidos, e portanto, era até irónico que se tivesse que se deliberar sobre um valor que já estava definido para aquela qualificação e para aquele cargo. Adiantou que o valor é de duzentos e nove euros e dezassete cêntimos e, portanto, o que se tinha que aprovar era aquele valor fixado para o indivíduo que, à posteriori, viesse a providir o lugar.

Acabada a intervenção do Senhor Vice-Presidente do Executivo, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as Inscrições para os Membros da Assembleia que quisessem intervir sobre este Ponto. Não havendo inscrições, colocou à votação o Terceiro Ponto da Ordem de Trabalhos, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o **Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos (Análise, Discussão e Votação de Pedido de Autorização para a Dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro)**, tendo concedido a palavra ao Senhor Vice-Presidente, de modo que pudesse fazer uma resumida introdução ao Ponto.

O Senhor Vice-Presidente referiu que pouco haveria acrescentar, complementarmente àquilo que haviam sido as funções da Associação, que depois foram atribuídas e desempenhadas pelas CIM'S, sendo que a Associação era um «nado morto». Era uma Associação que já há dezanove anos não tinha qualquer atividade e, portanto, tratava-se apenas de um ato formal, o de constatar e de formalizar que Associação estava inativa e, portanto, por uma questão de racionalidade, deveria ser extinta, porque as funções estavam a ser desempenhadas pelas CIM'S, não fazendo sentido a sua existência.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para os Membros da Assembleia que pretendessem intervir sobre este ponto.

Inscreeveu-se a Senhora Deputada Lourdes Marinho. Usou da palavra, notando a antiguidade da Associação, dizendo, inclusive, que desconhecia que a mesma estivesse praticamente inativa. Questionou, pese embora a inatividade, se as Quotas estavam formalizadas e em dia, não fossem mais tarde aparecer contas ou Quotas para pagar.

Não havendo mais Inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Executivo, de modo que pudesse responder à intervenção e à questão colocada.

O Senhor Vice-Presidente esclareceu que, de acordo com a Lei, quando as instituições são extintas têm que estar a zeros do ponto de vista contabilístico. Assim sendo, não haveria mais contas ou Quotas a pagar.

Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o Quarto Ponto da Ordem de Trabalhos (o pedido de autorização para a dissolução da Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro), tendo a Proposta sido aprovada por unanimidade. Não havendo mais pontos na Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou ao Plenário a Aprovação em Minuta dos Pontos 2, 3 e 4, a fim de terem eficácia externa, tendo sido aprovado por unanimidade.

ENCERRAMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às 16 horas e 44 minutos, agradecendo a presença e o contributo de todos e desejou que todos tivessem um bom regresso a casa. Endereçou votos de bom trabalho, lembrando que a Assembleia havia decidido efetuar uma Sessão de Assembleia Extraordinária no próximo mês de Julho, que iria ter lugar (provavelmente) mais perto do fim do mês de Julho, para reformular a Moção que havia sido apresentada pelo Senhor Deputado António Balça, e para a qual tinha sido criada uma Comissão (para essa reformulação) constituída pelos Deputados António Balça, Frederico Selores, Tiago Silva, Manuel Jorge e pelo Presidente do Executivo.

O Senhor Presidente da Assembleia lembrou, ainda, que quem necessitasse de justificação de falta se deveria dirigir à Mesa.

Dos trabalhos em agenda foi lavrada a Ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

O Presidente da Assembleia Municipal



1.º Secretário

O 2.º Secretário